

implica em enriquecimento ilícito e violação ao princípio da legalidade

2.2.9. Processo 000156-116/2013

Requerente:

Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Requerido:

Francisca Mendonça Oliveira Reis

Origem:

8º PJ de Direitos Constitucionais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas de suprimento de fundos.

2.2.10. Processo 000061-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Vivo S/A

Origem:

PJ de Afuá

Assunto Apurar irregularidades na prestação de serviço da operadora Vivo S/A.

2.3. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.3.1. Processo 000235-012/2016

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Agência Transfusional de Marituba

Origem:

4ª Promotoria de Justiça Cível de Marituba

Assunto:

Apurar condições de funcionamento da Agência Transfusional no Município de Marituba

2.3.2. Processo 000171-012/2015

Requerentes:

F. L.G.; G. R.G.; R.N.V.

Requerido:

G.L.G.

Origem:

11ª PJ de Santarém

Assunto:

Apurar eventual situação de risco envolvendo idosos

2.3.3. Processo 000825-450/2015

Requerente:

J.S.P.

Requerido:

A.

Origem:

2ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia do disque-100 nº 202060, referente a negligência sofrida por adolescente

2.3.4. Processo 000260-450/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

O.M.C.J.

Origem:

4ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia do disque-100 nº 2861850, referente a possível violação dos direitos da criança e do adolescente.

2.3.5. Processo 000200-012/2015

Requerente:

José Francisco Teixeira

Requerido:

Poder Público

Origem:

2ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto:

Apurar denúncia de que um casarão histórico seria demolido para a construção de um supermercado no distrito de Icoaraci.

2.3.6. Processo 000227-112/2015

Requerentes:

Ministério Público do Estado do Pará; L.S.B.

Requerido:

Secretaria de Estado de Saúde Pública-SESPA

Origem:

2ª PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto:

Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA à paciente idosa, diagnosticada com hepatocarcinoma com necessidade de fazer uso do medicamento Sorafenib 200mg.

2.3.7. Processo 000210-151/2015

Requerentes:

Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará - SINDPOL

Requerido:

Governo do Estado do Pará

Origem:

3ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Solicitação de parecer jurídico do MPE relativo à constitucionalidade das propostas elaboradas pelo SINDPOL/PA a serem solicitadas à ALEPA, referentes à alteração da Lei nº 022, de 15/03/1994 (Lei Orgânica dos Policiais Civis do Estado do Pará).

2.3.8. Processo 000193-450/2015

Requerentes:

D.F.L.; N.F.L.; S.A.L.

Requeridos:

M.N.C.L.; R.M.F

Origem:

4ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia do disque 100, nº 2869002 referente a maus tratos e negligência e violência tanto física quanto psicológica contra adolescentes e crianças.

2.3.9. Processo 000208-012/2015

Requerentes:

IBAMA

Requeridos:

Ernane Fernandes Gusmão

Origem:

PJ de Aurora do Pará

Assunto:

Apurar a prática de crime ambiental e reparação de dano.

2.3.10. Processo 000052-913/2015

Requerentes:

F.S.B.

Requeridos:

V. A.S.; V.B.S.

Origem:

13ª PJ de Marabá

Assunto:

Apurar possível uso indevido de verba de benefício recebido por pessoa portadora de necessidades especiais.

2.4. Processos de Relatoria da Conselheira ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:

2.4.1. Processo 000075-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Centro Comunitário de Vila Esperança

Origem:

1ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar situação dos alunos da Escola Centro Comunitário de Vila Esperança, que não estariam tendo aula de educação física, em razão da inexistência de local apropriado.

2.4.2. Processo 000088-001/2015

Requerentes:

Estado do Pará; Estado do Amazonas

Requerido:

Poder Público municipal de Nhamundá-AM

Origem:

PJ de Faro

Assunto:

Apurar o despejo de lixo doméstico, industrial e hospitalar no Rio Nhamundá, limite entre os Estados do Pará e Amazonas, pela prefeitura Municipal de Nhamundá-AM

2.4.3. Processo 000119-150/2014

Requerente:

Rosa Hage

Requerido:

Secretaria Municipal de Educação de Belém-SEMEC

Origem:

4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar a regularidade da prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém, referente ao exercício financeiro de 2001.

2.4.4. Processo 000083-111/2013

Requerentes:

Condomínio "Parque Paradiso" e Ministério Público Estadual

Requerido:

Gafisa Construtora

Origem:

3ª PJ do Consumidor da Capital

Assunto:

Apurar a existência de vícios de construção e acabamento no condomínio Parque Paradiso, de responsabilidade da construtora Gafisa.

2.4.5. Processo 000781-116/2013

Requerente:

Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA

Requerido:

Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar possíveis irregularidades referentes à prestação de contas da SESAN/SESUR.

2.4.6. Processo: nº 000067-001/2015

Requerentes:

Rosilene Barros de Souza

Requerido:

Instituto de Assistência dos Servidores do Pará - IASEP

Origem:

PJ de São Francisco do Pará

Assunto:

Apurar as causas da inexistência de medicamentos para tratamento oncológico de paciente do plano de saúde IASEP

2.4.7. Processo: nº 006921-003/2015

Requerentes:

Ministério Público do Estado do Pará; R.A.O.F.; L.F.R.S.; R.L.S.

Requerido:

Município de Ananindeua; Secretaria Municipal de Administração

Origem:

4ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apurar possíveis irregularidades em concurso público do Município de Ananindeua, no que concerne a pessoa portadora de necessidades especiais.

2.4.8. Processo: nº 000082-113/2015

Requerentes:

Moradores da Rua Péricles Guedes com Passagem São Luis

Requerido:

"Bar e restaurante do Lima"; "Bar do Zezinho"

Origem:

2ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de poluição sonora causada

2.4.9. Processo: nº 000264-151/2014

Requerente:

Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE-NCIC

Requerido:

Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"/ Unidade Altamira

Origem:

6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar possível ilegalidade na assunção, por servidores em estágio probatório, de funções de chefia, alguns estando a atuar, inclusive, em municípios diversos daqueles para os quais realizaram concurso público.

2.4.10. Processo: nº 000293-151/2014

Requerente: Edmilson Rodrigues, Deputado Federal

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém

Origem:

6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Pedido de providências em razão de suposto desconto dos professores da rede municipal durante os dias em que se encontravam de greve, nos meses de maio a junho de 2014.

3. O que ocorrer

Belém, 06 de maio de 2016.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 959525

PORTARIA N.º 013/2016-MP/CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público - art. 17, caput da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei nº 8.625/1993 e 37, II e 162 da Lei Complementar nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correições, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeção ordinária nos cargos de Promotor de Justiça dos Municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, em cumprimento ao calendário de inspeções/correições previstas para o corrente ano, e estando esta Corregedora-Geral impossibilitada de executar tal procedimento em razão da necessidade de serviço; **RESOLVE:**